



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**AVISO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços e fornecimento de produtos**, compreendendo, além da locação, a montagem e desmontagem dos itens locados, nos locais especificados, visando consultoria e execução de decoração, iluminação, instalação e desinstalação em cruzamentos, praças, vias e monumentos, para atender ao Projeto “**Natal 2023**”, e em **prestação de serviços de Show Pirotécnico com fogos de vista** (aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade), conforme Lei Municipal nº 14.296, de 30 de novembro de 2021 (que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artificios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito do Município de Juiz de Fora), para atender ao evento **Réveillon 2023/2024**, com duração mínima de 10 (dez) minutos, a ser realizado no Morro do Imperador, Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora através da Secretaria de Turismo - SETUR, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h do dia 16/10/2023, às 8h50 do dia 25/10/2023;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 25/10/2023**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/2023/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php). Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis.

**I – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando a Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços e fornecimento de produtos**, compreendendo, além da locação, a montagem e desmontagem dos itens locados, nos locais especificados, visando consultoria e execução de decoração, iluminação, instalação e desinstalação em cruzamentos, praças, vias e monumentos, para atender ao Projeto “**Natal 2023**”, e em **prestação de serviços de Show Pirotécnico com fogos de vista** (aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade), conforme Lei Municipal nº 14.296, de 30 de novembro de 2021 (que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artificios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito do Município de Juiz de Fora), para atender ao evento **Réveillon 2023/2024**, com duração mínima de 10 (dez) minutos, a ser realizado no Morro do Imperador, Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora através da Secretaria de Turismo - SETUR, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

**1.2.** Para a correta identificação do objeto ora licitado, segue detalhamento e com as especificações mínimas do serviço que deverá ser oferecido em cada lote licitado constante do **Anexo I.A**:

**LOTE 01:**

**Bloco de execução 01 - Centro:**

**1.2.1.** Avenida Barão do Rio Branco (Entre Ruas São Sebastião e Espírito Santo), Rua Halfeld e Parque Halfeld (R. Halfeld, 882-960 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510).

**Bloco de execução 02 - Morro do Cristo:**

**1.2.2.** Morro do Cristo (Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG).

**Bloco de execução 03 - Praças:**

**1.2.3.** Decoração das Praças de Santa Luzia (Av. Santa Luzia - Santa Luzia, Juiz de Fora - MG, 36030-450), CEU (Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 5899, Juiz de Fora - MG), Teotônio Vilela (R. João Henrique Vila Real, 1799-2159 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, 36060-280), Áureo Gomes Carneiro (Gramma, Juiz de Fora - MG, 36048-360) e Praça Pres. Antônio Carlos (Centro, Juiz de Fora – MG - 36010-080).

**Bloco de execução 04 – Iluminação da fachada do Paço Municipal:**

**1.2.4.** Ornamentação luminosa da fachada do Paço Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510).



**Bloco de execução 05 - Iluminação da fachada do CCBM:**

**1.2.5.** Ornamentação luminosa da fachada do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (Av. Getúlio Vargas, 200 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-000).

**LOTE 02: Show pirotécnico:**

a) Show Pirotécnico com os fogos de vista (aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade), conforme Lei Municipal nº 14.296, de 30 de novembro de 2021 (que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito do Município de Juiz de Fora), para atender ao evento Réveillon 2023/2024, com duração mínima de 10 (dez) minutos, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora através da Secretaria de Turismo - SETUR.

a.1) A prestação do serviço deverá ser feita no dia **31/12/2023** no Morro do Imperador, Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG, sendo que o aparato para a realização do show pirotécnico deverá estar pronto para uso com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência da apresentação.

a.2) A locomoção do material, montagem, detonação, com início impreterivelmente **às 00:00h do dia 01/01/2024**, será totalmente por conta da empresa, que deverá ter técnicos habilitados para operação dos equipamentos para o show e responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas que incidirem sobre a realização do serviço, assim como a responsabilidade de segurança com relação aos presentes em consequência da detonação dos fogos.

**II - ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA.**

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:  
TR: 661100 - 23.695.0016.2259.0000 - 339039 - 15000000000.

2.1.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas decorrentes do fornecimento do presente são oriundos do tesouro municipal.

2.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

2.3. Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações será de **R\$ 1.944.978,87** (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

2.4. Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações do NATAL será de **R\$ 1.921.630,00** (um milhão, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta reais).

2.5. Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações do REVEILLON será de **R\$ 23.348,87** (vinte e três mil, trezentos quarenta e oito reais, oitenta e sete centavos.).

**III - DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



**3.1.2.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

#### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**4.1.** É vedada a participação de interessados:

**4.1.1.** que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.1.2.** que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

**4.1.3.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.1.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.1.5.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.1.6.** que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.1.7.** que estejam reunidas em consórcio;

**Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

#### V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total conforme edital;

**6.1.2.** Marca, quando for o caso;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.1.4.** E-mail para fins de comunicação com o proponente.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.2.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.2.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.2.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

**6.2.4.** Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

## **VII – DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**7.1.1.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

**7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

**7.2.1.** Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus



administradores;

**7.2.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

**7.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**7.2.4.** Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

**7.2.4.1.** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

**7.2.4.2.** Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

**7.2.4.3.** Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

**7.2.4.4.** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**7.2.4.5.** E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**7.2.5.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

**7.2.6.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

**7.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

### **7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**7.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**7.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**7.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**7.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;



**7.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**7.3.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

**7.3.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**7.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**7.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.3.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**7.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**7.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**7.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**7.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis que apresentem valores do último exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou



c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou; e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**7.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem 7.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**7.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo exigível a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC ..... maior ou igual a 1(um)

ILG ..... maior ou igual a 1(um).

**7.4.2.1.** O item 7.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**7.4.2.2.** As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

**7.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**7.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.



**7.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

**7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**

**7.5.1. Para os produtos de decoração – Projeto Natal 2023:**

**7.5.1.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante e de mesmo porte.

**7.5.1.2.** Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU do Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

**7.5.1.3.** Qualificação Técnico Profissional - Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

**7.5.1.4.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**7.5.1.4.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**7.5.1.4.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**7.5.1.4.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

**7.5.1.5.** Caso a licitante não possua em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, poderá apresentar declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

**7.5.1.6.** Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo I.C.**

**7.5.2. Para os produtos do show pirotécnico:**

**7.5.2.1.** Apresentação da Carteira de Blaster pelo técnico responsável pelo show, devidamente válida na data de abertura da licitação.

**7.5.2.2.** Comprovação de que o profissional faz efetivamente parte do quadro permanente de empresa será feita pela apresentação de cópia da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, ou do contrato de prestação de serviços. Deverá ser apresentada ainda pela empresa participante da licitação, a cópia da Carteira de Trabalho.



**7.5.2.3.** Caso o responsável técnico seja sócio da empresa, deverá ser apresentada cópia do contrato social ou do estatuto da empresa, e sua última alteração.

**7.5.2.4.** Deverão ser apresentados os seguintes documentos referentes à empresa comercializadora dos artefatos:

**7.5.2.4.1.** Certificado de registro emitido pelo Exército Brasileiro, devidamente válido na data de abertura da licença;

**7.5.2.4.2.** Alvará de licença, localização e funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, com validade na data da abertura da licitação;

**7.5.2.4.3.** Alvará para comércio de fogos de artifício emitido pela Polícia Civil, devidamente válido na data da abertura da licitação;

**7.5.2.4.4.** Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo I.C.**

**7.5.2.5.** Como o evento acontece em lugar aberto e o mês de dezembro é um mês chuvoso, o contratado deverá se responsabilizar por, após a instalação dos fogos no dia 31/12/2023, cobrir os fogos de uma forma segura para que eles não danifiquem no momento da queima prejudicando a altura dos fogos e prejudicando o acontecimento do show pirotécnico.

**7.5.3.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**7.5.3.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**7.5.3.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**7.5.3.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

**7.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

**7.7.** A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**7.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**7.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**7.9.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**7.9.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar



no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

**7.9.3.** se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**7.9.4.** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.9.5.** o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

**7.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR POR LOTE** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

**8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

**8.23.1.** no país;

**8.23.2.** por empresas brasileiras;



- 8.23.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subseqüente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.25.3.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subseqüente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.
- 9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subseqüente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.



## X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

**10.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## XI – DO RECURSO

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa



de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**13.1.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

**13.2.1.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**13.3.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **XIV - DO CONTRATO**

**14.1.** O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.



**14.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**14.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**14.4.** O contrato terá vigência de 4 (quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes de acordo com a legislação pertinente.

#### **14.5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.5.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, sendo que esta depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe indicar quais itens ou percentuais poderão ser subcontratados e avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**14.5.2.** A contratada assumirá a completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão nenhum vínculo com a Prefeitura.

### **XV - CONTROLE DA EXECUÇÃO E VISTORIA**

**15.1.** A fiscalização da Execução do Contrato será exercida por servidores designados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da contratação.

**15.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implica em corresponsabilidade da Administração Municipal, em conformidade com a legislação nacional e local.

**15.3.** O fiscal do Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à sua execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**15.4.** Esta etapa também prevê a possibilidade de realização de vistorias aos produtos adquiridos e aos serviços prestados, a fim de identificar o cumprimento dos critérios estabelecidos e dos prazos pactuados.

**15.5.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **XVI – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**16.1.** A contratação será efetivada após a assinatura do instrumento contratual, e a execução do serviço acontecerá mediante apresentação de ordem de serviço/fornecimento, devidamente encaminhada por meio eletrônico, com identificação do servidor público municipal responsável pela solicitação.

**16.2.** Deverá constar na ordem de serviço/fornecimento o local para a execução do serviço, incumbindo à contratada suportar qualquer ônus adicional, tais como transporte, alimentação e hospedagem.

**16.2.1.** Caberá ao contratado a montagem dos itens conforme definição do **Anexo LA** e ao Município caberá o fornecimento dos meios para a ligação dos itens que demandam energia elétrica para o seu funcionamento.



**16.3.** O objeto da pretensa contratação deverá ser executado no período indicado na ordem de serviço, sendo que os produtos de decoração natalina do **Lote 01** devem ser executados durante o mês de outubro e novembro de 2023, de modo que **em 20/11/2023** ocorra a inauguração das luzes de Natal, **exceto para o Paço Municipal que deve ser dia 01/12/2023, conforme cronogramade execução constante no Anexo I.B.**

**16.3.1.** Quando da execução, a critério da contratante, poderá ser estabelecido cronograma de execução do objeto.

**16.4.** Concluído o procedimento licitatório, o contrato deverá ser assinado em **até 03 (três) dias** úteis após a homologação.

**16.4.1.** A execução dos serviços deverá iniciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, conforme definido na ordem de serviço.

**16.4.2.** A desmontagem de todo o material contratado do **Lote 01** será de obrigação da contratada e deverá ser feita do **dia 06/01/2024 até o dia 20/01/2024.**

**16.5.** O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, possuir adequado grau de proteção (IP) para ambientes externos, em atendimento às especificações discriminadas neste instrumento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade elétricos.

**16.5.1.** Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto utilizado no serviço, responderá a contratada por danos causados à SETUR, oriundos da utilização de produtos e da execução do serviço em condições inadequadas.

**16.6.** A SETUR não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros do objeto contratado, mesmo que adquirido por seus servidores.

**16.7.** A contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

**16.8.** Tendo em vista os prazos para montagem e desmontagem do objeto contratado, o prazo de vigência do contrato não será superior ao necessário para a prestação do serviço.

**16.9.** Os produtos de decoração serão recebidos:

**16.9.1** Provisoriamente, a partir da entrega, em até 01 dia útil, sendo para averiguação e efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

**16.9.2.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará em 03 (três) dias úteis do recebimento provisório.

**16.10.** Na hipótese de a verificação a que se refere ao item **16.9.2** não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se as despesas decorrentes do Processo.

**16.11.** Na impossibilidade de prestar os serviços de maneira idêntica ao estabelecido no Termo de Referência, a empresa fornecedora poderá apresentar três alternativas que substituam o serviço previsto não prestado, que ficarão a critério de escolha do Município. No caso de substituição, o valor global homologado não sofrerá alterações.



## XVII - DAS OBRIGAÇÕES

### 17.1. A contratada obriga-se a:

**17.1.1.** Efetuar a devida montagem e desmontagem dos produtos contratados, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria do Turismo de Juiz de Fora – Minas Gerais, em observância das especificações do Edital e da proposta;

**17.1.1.1.** Manter a prestação do serviço de forma ininterrupta, durante o prazo de vigência do contrato.

**17.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto.

**17.1.3.** O dever previsto neste item impõe a obrigação de a contratada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o produto com avarias ou defeitos.

**17.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, inerentes ao objeto da licitação e contrato;

**17.1.5.** Comunicar à Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecederem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**17.1.6.** Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**17.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestações de garantia e quaisquer outras coisas que incidam ou venham a incidir na execução das obrigações.

### 17.2. A Contratante obriga-se a:

**17.2.1.** Receber provisoriamente os produtos locados e os serviços prestados, disponibilizando local, data e horário;

**17.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**17.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado através de Portarias;

**17.2.4.** Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**17.2.5.** Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**17.2.6.** Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

**17.2.7.** Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor responsável pela fiscalização.

**17.2.8.** Impedir que terceiros forneçam o objeto do Termo de Referência.



**17.2.9.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

## **XVIII – DAS PENALIDADES**

**18.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Subsecretaria de Licitações e Compras todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**18.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**18.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



## XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

**19.1.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

**19.2.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**19.3.** O pagamento será realizado após medições parciais ao fim de cada interstício, depois de feito o relatório do fiscal.

**19.3.1.** O valor a ser pago, terá como base o boletim de medição de serviços executados pela CONTRATADA, relativos à conclusão de etapas, que deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE.

**19.3.2.** O Boletim de medição dos serviços prestados, relativos à conclusão de etapas, deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE, através da Secretaria de Turismo.

**19.3.3.** As medições serão formalizadas e datadas no último dia útil de cada mês, acompanhado da respectiva guia de liberação de pagamento.

**19.3.4.** No caso de não aceitação da medição realizada, o CONTRATANTE a devolverá à CONTRATADA para retificação, devendo esta emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias. O CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

**19.3.5.** O pagamento será realizado em até 30 dias, após a aprovação de cada medição e protocolização da Nota Fiscal entregue na Secretaria do Turismo, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 – Centro – Juiz de Fora – CEP: 36015-510.

**19.3.6.** A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada à Secretaria do Turismo, situada no Paço Municipal: Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 - Centro - Juiz de Fora - CEP: 36015- 510.
- c) O valor Unitário;
- d) O valor total;
- e) A especificação dos objetos entregues.

**19.3.7.** O Fiscal do Instrumento Contratual somente atestará o recebimento dos objetos, e liberará as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas pela contratada, todas as condições pactuadas.

**19.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**19.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital e contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**19.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.



**19.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**19.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**19.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**19.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**19.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**19.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**19.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**19.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**19.10.** O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

**19.10.1.** A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJJ na página do Controle Interno: link: [http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle\\_interno/legislacao.php](http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php).

## **XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

**20.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** apresentar documentação falsa;

**20.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.5.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.6.** não manter a proposta;

**20.1.7.** cometer fraude fiscal;

**20.1.8.** comportar-se de modo inidôneo;



**20.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.3.** O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**20.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**20.3.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**20.3.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

**20.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**21.1.** Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**21.1.1.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

**21.1.2.** Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

## **XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.



**22.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**22.3.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**22.4.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**22.5.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**22.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**22.7.** É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

**22.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.7.2.** Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

**22.7.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**22.8.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.9.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**22.10.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**22.12.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**22.13.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

**22.16.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

**22.17.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

**Anexo I.A.** Descrição Dos Itens, Quantitativo e Local de Instalação

**Anexo I.B.** Cronograma de Execução

**Anexo I.C.** Declaração de Responsabilidade Técnica

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria de Turismo – SETUR

**2. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de produtos, compreendendo, além da locação, a montagem e desmontagem dos itens locados, nos locais especificados neste termo e seus anexos, visando consultoria e execução de decoração, iluminação, instalação e desinstalação em cruzamentos, praças, vias e monumentos, para atender ao projeto “**Natal 2023**”, bem como em prestação de serviços de Show Pirotécnico com fogos de vista (aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade), conforme Lei Municipal nº 14.296, de 30 de novembro de 2021 (que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito do Município de Juiz de Fora), para atender ao evento **Réveillon 2023/2024**, com duração mínima de 10 (dez) minutos, a ser realizado no Morro do Imperador, Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora através da Secretaria de Turismo - SETUR, conforme especificações contidas neste termo de referência.

**2.1.** Para a correta identificação do objeto ora licitado, segue abaixo tabela com o detalhamento e com as especificações mínimas do serviço que deverá ser oferecido em cada lote licitado:

**LOTE 01:**

**Bloco de execução 01 - Centro:**

**2.1.1.** Avenida Barão do Rio Branco (Entre Ruas São Sebastião e Espírito Santo), Rua Halfeld e Parque Halfeld (R. Halfeld, 882-960 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510).

**Bloco de execução 02 - Morro do Cristo:**

**2.1.2.** Morro do Cristo (Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG).

**Bloco de execução 03 - Praças:**

**2.1.3.** Decoração das Praças de Santa Luzia (Av. Santa Luzia - Santa Luzia, Juiz de Fora - MG, 36030-450), CEU (Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 5899, Juiz de Fora - MG), Teotônio Vilela (R. João Henrique Vila Real, 1799-2159 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, 36060-280), Áureo Gomes Carneiro (Gramma, Juiz de Fora - MG, 36048-360) e Praça Pres. Antônio Carlos (Centro, Juiz de Fora – MG - 36010-080).

**Bloco de execução 04 – Iluminação da fachada do Paço Municipal:**

**2.1.4.** Ornamentação luminosa da fachada do Paço Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510).

**Bloco de execução 05 - Iluminação da fachada do CCBM:**

**2.1.5.** Ornamentação luminosa da fachada do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (Av. Getúlio Vargas, 200 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-000).



### **LOTE 02: Show pirotécnico:**

a) Show Pirotécnico com os fogos de vista (aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, assim como os similares que acarretam barulho de baixa intensidade), conforme Lei Municipal nº 14.296, de 30 de novembro de 2021 (que proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito do Município de Juiz de Fora), para atender ao evento Réveillon 2023/2024, com duração mínima de 10 (dez) minutos, realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora através da Secretaria de Turismo - SETUR.

a.1) A prestação do serviço deverá ser feita no dia **31/12/2023** no Morro do Imperador, Estr. Eng. Gentil Form - São Pedro, Juiz de Fora - MG, sendo que o aparato para a realização do show pirotécnico deverá estar pronto para uso com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência da apresentação.

a.2) A locomoção do material, montagem, detonação, com início impreterivelmente **às 00:00h do dia 01/01/2024**, será totalmente por conta da empresa, que deverá ter técnicos habilitados para operação dos equipamentos para o show e responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas que incidirem sobre a realização do serviço, assim como a responsabilidade de segurança com relação aos presentes em consequência da detonação dos fogos.

### **3. JUSTIFICATIVA:**

A Prefeitura de Juiz de Fora, através da Secretaria de Turismo, promove, organiza e apoia a realização de eventos, por entender que colaboram e dinamizam a economia e o comércio do município, uma vez que esses eventos trazem consumidores de municípios vizinhos, gerando empregos e distribuição de renda. Além de atrair investimentos públicos e privados, o que colabora com o desenvolvimento de novos negócios, bem como impulsiona o desenvolvimento econômico e social da cidade.

A contratação do pretenso objeto fundamenta-se na necessidade de atender as demandas de realização do projeto **“Festividades de fim de ano JF 2023”**, visando a promoção e a realização das festividades natalinas e de réveillon do Município.

Após o resgate da valorização cultural do período natalino em Juiz de Fora no ano de 2022, o projeto **“Festividades de fim de ano JF 2023”** visa continuar fomentando o turismo e fazendo com que diversos pontos da cidade, com a ornamentação típica desta época, se tornem atrativos.

A retomada do projeto em 2022 comprovou que a arrecadação é diretamente impactada, de forma positiva para a municipalidade, em virtude de maior circulação de pessoas, incremento de serviços, geração de empregos temporários no comércio, setor hoteleiro e de lazer, tudo quanto a decoração devida da cidade, possa trazer como estímulo à maior circulação de pessoas no espaço urbano (valorizado por essa decoração), significando valor agregado à experiência turística na cidade.

Sendo assim, para além da evidente necessidade da valorização do momento cultural que representa a época das festas de final de ano, seu significado religioso, simbólico, lúdico e estético para diferentes nichos sociais, a Administração entende que o objeto pretendido pela decoração significará importante indicador da possibilidade de incremento à experiência urbana, estimulando o comércio, o setor de serviços, o turismo, o entretenimento e a circulação de pessoas em Juiz de Fora.

O evento busca valorizar a celebração brasileira, fortalecendo regionalmente nossas comemorações de fim de ano no estado de Minas Gerais, proporcionando entretenimento, lazer e acesso cultural aos cidadãos juizforanos, e das cidades circunvizinhas.

A realização do projeto **“Festividades de fim de ano JF 2023”** visa atrair um grande fluxo de visitantes e tem o objetivo de construir importante ferramenta de promoção do comércio



local, contribuindo de maneira significativa para desenvolver o município, tendendo a evitar o êxodo turístico.

Cabe ressaltar que a decoração natalina faz das ruas, praças e avenidas, locais iluminados, de forma característica do referido período, estimulando o recebimento de um grande número de pessoas, sendo beneficiado o comércio varejista, enquanto setor da economia que atinge um expansivo conjunto de atividades econômicas, gerando receita, fomentando a cultural e a distribuição de renda decorrente dos gastos pulverizados na economia, refletindo nos transportes, na hotelaria e no lazer, além de outras tantas ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos.

Por fim, aponta-se que o critério de julgamento a ser utilizado será o menor valor por lote, uma vez que a adjudicação unitária tornaria por demais difícil a execução dos serviços. Ademais, tendo em vista a contratação de decoração natalina no ano de 2022, constante no Proc. Administrativo 19.290/2022, a aglutinação dos itens em lotes e blocos de execução foi benéfica para a consecução do objeto da licitação. Por mais que o objeto tenha sido prestado por apenas uma empresa, a organização, o gerenciamento e as atividades correlatas foram privilegiadas pelos lotes.

Para mais, destaca-se que a existência de mais de um lote prestigia a competitividade, além de não impor qualquer prejuízo ao erário, ao contrário, prestigia a manutenção da economia de escala haja vista que restará vencedora do lote a empresa que apresentar o menor valor para cada conjunto licitado.

Justifica-se ainda, a aglutinação do objeto em lotes para melhor controle de execução, tendo em vista que por serem diversos serviços prestados em diversos pontos na cidade, a divisão dos serviços em variados lotes será benéfica para a melhor execução e manejo do objeto pela Administração. Dessa forma, quaisquer outros critérios de julgamentos não serão indicados para esta contratação.

#### 4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

**4.1.** A contratação será efetivada após a assinatura do instrumento contratual, e a execução do serviço acontecerá mediante apresentação de ordem de serviço/fornecimento, devidamente encaminhada por meio eletrônico, com identificação do servidor público municipal responsável pela solicitação.

**4.2.** Deverá constar na ordem de serviço/fornecimento o local para a execução do serviço, incumbindo à contratada suportar qualquer ônus adicional, tais como transporte, alimentação e hospedagem.

**4.2.1.** Caberá ao contratado a montagem dos itens conforme definição do **Anexo I.A** e ao Município caberá o fornecimento dos meios para a ligação dos itens que demandam energia elétrica para o seu funcionamento.

**4.3.** O objeto da pretensa contratação deverá ser executado no período indicado na ordem de serviço, sendo que os produtos de decoração natalina do **Lote 01** devem ser executados durante o mês de outubro e novembro de 2023, de modo que **em 20/11/2023** ocorra a inauguração das luzes de Natal, exceto para o **Paço Municipal que deve ser dia 01/12/2023, conforme cronograma de execução constante no Anexo I.B.**

**4.3.1.** Quando da execução, a critério da contratante, poderá ser estabelecido cronograma de execução do objeto.

**4.4.** Concluído o procedimento licitatório, o contrato deverá ser assinado em **até 03 (três) dias** úteis após a homologação.

**4.4.1.** A execução dos serviços deverá iniciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a



assinatura do contrato, conforme definido na ordem de serviço.

**4.4.2.** A desmontagem de todo o material contratado do **Lote 01** será de obrigação da contratada e deverá ser feita do **dia 06/01/2024 até o dia 20/01/2024**.

**4.5.** O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, possuir adequado grau de proteção (IP) para ambientes externos, em atendimento às especificações discriminadas neste instrumento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade elétricos.

**4.5.1.** Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto utilizado no serviço, responderá a contratada por danos causados à SETUR, oriundos da utilização de produtos e da execução do serviço em condições inadequadas.

**4.6.** A SETUR não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros do objeto contratado, mesmo que adquirido por seus servidores.

**4.7.** A contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

**4.8.** Tendo em vista os prazos para montagem e desmontagem do objeto contratado, o prazo de vigência do contrato não será superior ao necessário para a prestação do serviço.

**4.9.** Os produtos de decoração serão recebidos:

**4.9.1** Provisoriamente, a partir da entrega, em até 01 dia útil, sendo para averiguação e efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

**4.9.2.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em 03 (três) dias úteis do recebimento provisório.

**4.10.** Na hipótese de a verificação a que se refere ao item **4.9.2** não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se as despesas decorrentes do Processo.

**4.11.** Na impossibilidade de prestar os serviços de maneira idêntica ao estabelecido no Termo de Referência, a empresa fornecedora poderá apresentar três alternativas que substituam o serviço previsto não prestado, que ficarão a critério de escolha do Município. No caso de substituição, o valor global homologado não sofrerá alterações.

## **5. CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR**

**5.1.** O tipo de licitação será o de **MENOR VALOR POR LOTE**.

**5.2.** A licitação será por Pregão Eletrônico, por se tratar de serviço comum, regido pela Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93.

## **6. ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA.**

**6.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:  
TR: 661100 - 23.695.0016.2259.0000 - 339039 – 15000000000.



**6.1.1.** Os recursos necessários ao pagamento das despesas decorrentes do fornecimento do presente são oriundos do tesouro municipal.

**6.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**6.3.** Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações será de **R\$ 1.944.978,87** (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

**6.4.** Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações do NATAL será de **R\$ 1.921.630,00** (um milhão, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta reais).

**6.5.** Estima-se que o montante em torno do gasto em contratações do REVEILLON será de **R\$ 23.348,87** (vinte e três mil, trezentos quarenta e oito reais, oitenta e sete centavos.).

## **7. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS: HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.1.** As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, nos termos das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993.

### **7.2. Para os produtos de decoração:**

**7.2.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante e de mesmo porte.

**7.2.2.** Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU do Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

**7.2.3.** Qualificação Técnico Profissional - Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

**7.2.4.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**7.2.4.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**7.2.4.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**7.2.4.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

**7.2.5.** Caso a licitante não possua em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, poderá apresentar declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.



**7.2.6.** Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo I.C.**

### **7.3. Para os produtos do show pirotécnico:**

**7.3.1.** Apresentação da Carteira de Blaster pelo técnico responsável pelo show, devidamente válida na data de abertura da licitação.

**7.3.2.** Comprovação de que o profissional faz efetivamente parte do quadro permanente de empresa será feita pela apresentação de cópia da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, ou do contrato de prestação de serviços. Deverá ser apresentada ainda pela empresa participante da licitação, a cópia da Carteira de Trabalho.

**7.3.3.** Caso o responsável técnico seja sócio da empresa, deverá ser apresentada cópia do contrato social ou do estatuto da empresa, e sua última alteração.

**7.3.4.** Deverão ser apresentados os seguintes documentos referentes à empresa comercializadora dos artefatos:

**7.3.4.1.** Certificado de registro emitido pelo Exército Brasileiro, devidamente válido na data de abertura da licença;

**7.3.4.2.** Alvará de licença, localização e funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, com validade na data da abertura da licitação;

**7.3.4.3.** Alvará para comércio de fogos de artifício emitido pela Polícia Civil, devidamente válido na data da abertura da licitação;

**7.3.4.4.** Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo I.C.**

**7.3.5.** Como o evento acontece em lugar aberto e o mês de dezembro é um mês chuvoso, o contratado deverá se responsabilizar por, após a instalação dos fogos no dia 31/12/2023, cobrir os fogos de uma forma segura para que eles não danifiquem no momento da queima prejudicando a altura dos fogos e prejudicando o acontecimento do show pirotécnico.

**7.4.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**7.4.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**7.4.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**7.4.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, sendo que esta depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe indicar quais itens ou percentuais poderão ser subcontratados e avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.2.** A contratada assumirá a completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão nenhum vínculo com a Prefeitura.



## **9. CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será realizado após medições parciais ao fim de cada interstício, depois de feito o relatório do fiscal.

**9.2.** O valor a ser pago, terá como base o boletim de medição de serviços executados pela CONTRATADA, relativos à conclusão de etapas, que deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE.

**9.3.** O Boletim de medição dos serviços prestados, relativos à conclusão de etapas, deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE, através da Secretaria de Turismo.

**9.4.** As medições serão formalizadas e datadas no último dia útil de cada mês, acompanhado da respectiva guia de liberação de pagamento.

**9.5.** No caso de não aceitação da medição realizada, o CONTRATANTE a devolverá à CONTRATADA para retificação, devendo esta emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias. O CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

**9.6.** O pagamento será realizado em até 30 dias, após a aprovação de cada medição e protocolização da Nota Fiscal entregue na Secretaria do Turismo, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 – Centro – Juiz de Fora – CEP: 36015-510.

**9.7.** A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada à Secretaria do Turismo, situada no Paço Municipal: Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 - Centro - Juiz de Fora - CEP: 36015- 510.
- c) O valor Unitário;
- d) O valor total;
- e) A especificação dos objetos entregues.

**9.8.** O Fiscal do Instrumento Contratual somente atestará o recebimento dos objetos, e liberará as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas pela contratada, todas as condições pactuadas.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. A contratada obriga-se a:**

**10.1.1.** Efetuar a devida montagem e desmontagem dos produtos contratados, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria do Turismo de Juiz de Fora – Minas Gerais, em observância das especificações do Edital e da proposta;

**10.1.1.1.** Manter a prestação do serviço de forma ininterrupta, durante o prazo de vigência do contrato.

**10.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto.

**10.1.3.** O dever previsto neste item impõe a obrigação de a contratada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o produto com avarias ou defeitos.

**10.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, inerentes ao objeto da licitação e contrato;



**10.1.5.** Comunicar à Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecederem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.6.** Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**10.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestações de garantia e quaisquer outras coisas que incidam ou venham a incidir na execução das obrigações.

## **10.2. A Contratante obriga-se a:**

**10.2.1.** Receber provisoriamente os produtos locados e os serviços prestados, disponibilizando local, data e horário;

**10.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado através de Portarias;

**10.2.4.** Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**10.2.5.** Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**10.2.6.** Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

**10.2.7.** Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor responsável pela fiscalização.

**10.2.8.** Impedir que terceiros forneçam o objeto do Termo de Referência.

**10.2.9.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

## **11. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E VISTORIA**

**11.1.** A fiscalização da Execução do Contrato será exercida por servidores designados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da contratação.

**11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implica em corresponsabilidade da Administração Municipal, em conformidade com a legislação nacional e local.

**11.3.** O fiscal do Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à sua execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



**11.4.** Esta etapa também prevê a possibilidade de realização de vistorias aos produtos adquiridos e aos serviços prestados, a fim de identificar o cumprimento dos critérios estabelecidos e dos prazos pactuados.

**11.5.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **12. PENALIDADES**

**12.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**12.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Subsecretaria de Licitações e Compras todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**12.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**12.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**12.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **12.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**12.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **12.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**12.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

## **13. ANEXOS**

**Anexo I.A.** Descrição Dos Itens, Quantitativo e Local de Instalação

**Anexo I.B.** Cronograma de Execução

**Anexo I.C.** Declaração de Responsabilidade Técnica



**ANEXO I.A - DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVO E LOCAL DE INSTALAÇÃO**

**LOTE 01:**

**Bloco de execução 01 - Centro:**

Centro - Avenida Barão do Rio Branco (Entre Ruas São Sebastião e Espírito Santo), Rua Halfeld e Parque Halfeld (R. Halfeld, 882-960 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510).

<p><b><u>Avenida Barão do Rio Branco</u></b></p> <p>(Entre Ruas São Sebastião e Espírito Santo)</p>	<p><b>ESTRUTURA 2D PARA POSTE EM FORMATO DE ARABESCOS</b></p> <p>43 estruturas bidimensionais compostas por 2 arabescos (conforme figura ilustrativa), para poste, com dimensões mínimas de aproximadamente 0,57 metros de largura e 1,5 metros de altura.</p> <p>Além disso, sua estrutura deve ser confeccionada em ferro galvanizado 3/16 polegadas. Para realizar a ornamentação luminosa, contorna-se duas vezes todo o perímetro do cometa com mangueiras de LED, com cor de iluminação branco frio (aproximadamente 6000k). Além disso, deve-se enlaçar sua área interna com conjunto de cordões de LED com 100,0 (cem) lâmpadas a cada 10,0 (dez) metros, com iluminação na cor branco morno (aproximadamente 3000k). Essa estrutura deverá ser fixada por meio de abraçadeiras de aço galvanizado no poste, na altura aproximada de 8,0 metros. Toda interconexão entre os dispositivos elétricos deve ser realizada por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
---	--	--



### TÚNEL ILUMINADO

01 unidade de ornamento luminoso em formato de túnel/cobertura, com dimensões aproximadas de 4,0 metros de altura; 05 metros de largura. Para confeccionar sua estrutura metálica, deverá ser utilizado vergalhão de 1\2 polegada com aplicação de tinta antiferrugem. De forma a proporcionar maior simetria à iluminação aérea do túnel, essa associação de luminárias deve ser organizada em estruturas lineares e com cascata. A ornamentação luminosa será composta pela associação de dois itens. O primeiro item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro do ornamento com mangueiras LED, alternadas (aproximadamente 6000k). O enlaçamento do comprimento do arco externo com o interno deve ser feito por meio de cordões LED com 100 lâmpadas por no mínimo 100 metros nas cores branco, vermelho, verde branco (aproximadamente 3000k). Toda interconexão entre os dispositivos elétricos deve ser realizada por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas eventos).

#### Rua Halfeld





<p><b><u>Parque Halfeld</u></b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÁRVORES COM CORDÕES</b></p> <p>Recobrimento parcial (mínimo 2,5 metros de altura com distância máxima de 10 cm entre os cordões) das copas de 118,0 árvores por meio comum conjunto de cordões de LED com 100,0 (cem) lâmpadas a cada 10,0 (dez) metros, com iluminação na cor branco morno (aproximadamente 3000k). Toda as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio defotocélula. Os produtos devem possuir grau deproteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
-------------------------------------	--	---

<p><b><u>Parque Halfeld</u></b></p>	<p style="text-align: center;"><b>PALMEIRAS</b></p> <p>Recobrimento parcial dos caules de 10,0 palmeiras por meio com um conjunto de cordões de LED com 100,0 (cem) lâmpadas a cada 10,0 (dez) metros, com iluminação na cor branco morno (aproximadamente 3000k). Toda as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que ossistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
-------------------------------------	---	---



### ÁRVORE LUMINOSA

1,0 Árvore luminosa em formato cônico com 5 metros de raio de base e 19 metros de altura. Suas ornamentações luminosas devem ser feitas com conjuntos de mangueiras de LED, com cor de iluminação branco frio (aproximadamente 6000k). Para isso, essas mangueiras devem ser organizadas de forma a interconectar a base da estrutura com seu ponto mais alto, de forma que seja possível a identificação visual da estrutura em formato cônico. Adicionalmente, ao realizar a interconexão desses conjuntos de mangueiras com a base circular, deve-se garantir que haja um espaçamento equidistante das mangueiras de no máximo 0,5 metros. A segunda ornamentação refere-se a estrela dupla e tridimensional que deverá ser alocada no ponto mais alto da árvore cônica. As dimensões mínimas da estrela externa são de 2,0 metros de comprimento, 2,0 metros de altura e 0,3 metros de profundidade, enquanto que as dimensões da estrela interna são em torno de 20,0% menor quando comparado com a estrela externa. Contudo, sua espessura deverá ser mantida no valor mínimo de 0,3 metros. A ornamentação luminosa dessa estrela é composta de três itens. O primeiro item relaciona-se com passagem de mangueiras LED, com cor de iluminação branco frio (aproximadamente 6000k), tanto em todo o perímetro tridimensional da estrela externa como no perímetro das faces da estrela interna. O segundo item refere-se tanto ao enlaçamento de todo o perímetro tridimensional da estrela externa (entre uma face e outra) como o enlaçamento entre ambas as faces da estrela externa e interna, com um conjunto de cordões de LED com 100,0 lâmpadas a cada 10,0 metros, com iluminação na cor branco frio (aproximadamente 6000k). Já o terceiro item é relacionado ao enlaçamento de cada área superficial da estrela interna por meio de cordões de LED com 100,0 (cem) lâmpadas a cada 10,0 (dez) metros, com iluminação na cor branco morno (aproximadamente 3000k). Por fim, a última ornamentação refere-se a um conjunto de estrelas bidimensionais de dimensões aproximadas de 0,9, 0,6 e 0,3 metros, dispostas em forma de uma hélice circular. Adicionalmente, o perímetro de cada estrela bidimensional deverá ser contornado por mangueiras LED, com cor de iluminação branco morno (aproximadamente 3000k). Para proporcionar maior evidência à iluminação, todas as ornamentações que compõem a árvore luminosa devem ser acionadas de maneiras distintas, proporcionando assim efeitos dinâmicos de iluminação como, por exemplo, o sequencial. A fim de proporcionar melhor confiabilidade ao sistema elétrico, cada um dos itens deve possuir seu próprio circuito elétrico. Além disso, esses circuitos devem possuir proteção contra curto-circuito. Toda interconexão entre os dispositivos elétricos deve ser realizada por meio de conectores macho/fêmea e todo o sistema elétrico é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar/desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).

**Parque Halfeld**





**CASA DA GUARDA MUNICIPAL**

01 ornamentação externa com elementos de iluminação e Papai Noel inflável de 2,0 metros de altura no telhado. A ornamentação luminosa será composta pela associação de dois itens. O primeiro refere-se a passagem de mangueira LED, com cor de iluminação branco morno (aproximadamente 3000k) nas colunas da edificação. Dessa maneira, em cada coluna, as mangueiras devem ser instaladas de forma vertical (linear), interconectadas do nível inferior da coluna até sua junção com a base do telhado. Já o segundo item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro externo ao longo das extremidades do telhado com cascatas LED, com densidade de 400,0 lâmpadas por toda a extensão do telhado. Todas as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico- eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).

**Parque  
Halfeld**





**ORNAMENTOS LUMINOSOS CAIXAS DE PRESENTES**

02 ornamentações luminosas com formato de caixa de presente com 3,0 metros de altura e 4 de largura e laço na parte superior, nas cores azul e vermelho e azul e verde. Para confeccionar sua estrutura metálica, deverá ser utilizado vergalhão de 1\2 polegada com aplicação de tinta antiferrugem. A ornamentação luminosa de cada arco será composta pela associação de dois itens. O primeiro item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro do ornamento com mangueiras LED, alternadas (aproximadamente 6000k). O enlaçamento do comprimento deve ser feito por meio de cordões LED com 500 lâmpadas nas cores azul e vermelho e azul e verde – conforme ilustrações ao lado. Todas as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).

**Parque Halfeld**





<p><b>Parque Halfeld</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ORNAMENTO LUMINOSO BOLA DE ÁRVORE DE NATAL</b></p> <p>01 ornamentação luminosa em formato de bola de árvore de natal de 4,0 metros de diâmetro nas cores branca, vermelho, verde e azul. Para confeccionar sua estrutura metálica, deverá ser utilizado vergalhão de 1½ polegada com aplicação de tinta antiferrugem. A ornamentação luminosa de cada arco será composta pela associação de dois itens. O primeiro item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro do ornamento com mangueiras LED, alternadas (aproximadamente 6000k). O enlaçamento do comprimento deve ser feito por meio de cordões LED com 500 lâmpadas nas cores branco, vermelho, verde e azul – conforme ilustração ao lado. Todas as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuva e ventos).</p>	
------------------------------	---	---

**Bloco de execução 02 - Morro do Cristo:**

**Morro do Cristo (Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG)**

	<p style="text-align: center;"><b>LETREIRO “BOAS FESTAS” DO MORRO DO CRISTO</b></p> <p>1,0 Letreiro com a frase “BOAS FESTAS”, com no mínimo 26,0 (vinte e seis) metros de altura. Suas ornamentações luminosas devem ser feitas com conjuntos de mangueiras de LED, com cor de iluminação branco quente (aproximadamente 6000k) com luzes em movimento. Para isso, essas mangueiras devem ser organizadas de forma a interconectar a base da estrutura com seu ponto mais alto, de forma que seja possível a identificação visual da estrutura em formato triangular. Adicionalmente, ao realizar a interconexão desses conjuntos de mangueiras com a base circular, deve-se garantir que haja um espaçamento equidistante das mangueiras de no máximo 0,5 metros. Para proporcionar maior evidência à iluminação, todas as ornamentações que compõem a decoração devem ser acionadas de maneiras distintas, proporcionando assim efeitos dinâmicos de iluminação como, por exemplo, o sequencial. A fim</p>	
--	---	---



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

<b><u>Morro do Cristo</u></b>	<p>de proporcionar melhor confiabilidade ao sistema elétrico, cada um dos itens deve possuir seu próprio circuito elétrico. Além disso, esses circuitos devem possuir proteção contra curto-circuito. Toda interconexão entre os dispositivos elétricos deve ser realizada por meio de conectores macho/fêmea e todo o sistema elétrico é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>
-------------------------------	---

**Bloco de execução 03 - Praças:**

Decoração das Praças de Santa Luzia (Av. Santa Luzia - Santa Luzia, Juiz de Fora - MG, 36030-450), CEU (Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 5899, Juiz de Fora - MG), Teotônio Vilela (R. João Henrique Vila Real, 1799-2159 - Vitorino Braga, Juiz de Fora -MG, 36060-280), Áureo Gomes Carneiro (Gramma, Juiz de Fora - MG, 36048-360) e Praça Pres. Antônio Carlos (Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-080)

<b><u>Praças</u></b>	<p><b>Praças: Santa Luzia / CEU/ Teotônio Vilela/ Áureo Gomes Carneiro/ Pres. Antônio Carlos</b></p> <p>5,0 unidades da Árvore luminosa em formato cônico de no mínimo 8,0 metros de altura - base no formato circular e raio mínimo de 1,5 metros</p> <p>– com uma estrela dupla e bidimensional de 5,0 pontas localizada em seu ponto mais alto. Para realizar a ornamentação luminosa da árvore deverão ser utilizados um conjunto de mangueiras LED, na cor de iluminação branco frio (aproximadamente 6000k). Para isso, essas mangueiras devem ser organizadas de forma a interconectar a base da estrutura com seu ponto</p>
----------------------	---



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

	<p>mais alto, de forma que seja possível a identificação visual da estrutura em formato cônico. Adicionalmente, ao realizar a interconexão desses conjuntos de mangueiras com a base circular, deve-se garantir que haja um espaçamento equidistante das mangueiras de no máximo 0,5 metros. Com relação à estrela, tem-se que seu diâmetro externo e interno são de aproximadamente 2,0 e 1,6 metros respectivamente. Para sua ornamentação luminosa, contorna-se duas vezes seu perímetro externo com mangueiras LED, com cor de iluminação branco frio (aproximadamente 6000k). Adicionalmente, enlaça-se todo o seu perímetro externo com o interno por meio de um conjunto de cordões de LED com 100,0 (cem) lâmpadas a cada 10,0 (dez) metros, com iluminação na cor branco morno (aproximadamente 3000k). Toda interconexão entre os dispositivos elétricos deve ser realizada por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletrônicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
--	--	---

**Bloco de execução 04 - Iluminação da fachada do PaçoMunicipal:**

Ornamentação luminosa da fachada do Paço Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510)

	<p>Essa ornamentação luminosa será composta pela associação de dois itens. O primeiro refere-se a passagem de mangueira LED, com cor de iluminação branco morno</p>	
--	---	--



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

<p><b><u>Fachada</u></b> <b><u>Paco</u></b> <b><u>Municipal</u></b></p>	<p>(aproximadamente 3000k) nas vigas da edificação. Dessa maneira, em cada viga, as mangueiras devem ser instaladas de forma horizontal (linear), interconectadas da fachada da Av. Barão do Rio Branco até sua junção no final da fachada do Parque Halfeld. Já o segundo item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro externo ao longo das extremidades do telhado com cascatas LED, com densidade de 400,0 lâmpadas por 10,0 metros. Todas as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
---	--	--

**Bloco de execução 05 - Iluminação da fachada do CCBM:**

**Ornamentação luminosa da fachada do CCBM (Centro Cultural Bernardo Mascarenhas) (Av. Getúlio Vargas, 200 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-000)**

<p><b><u>Fachada</u></b> <b><u>CCBM</u></b></p>	<p>Essa ornamentação luminosa será composta pela associação de dois itens. O primeiro refere-se a passagem de mangueira LED, com cor de iluminação branco morno (aproximadamente 3000k) nas vigas da edificação. Dessa maneira, em cada viga, as mangueiras devem ser instaladas de forma horizontal (linear), interconectadas da fachada. Já o segundo item refere-se ao contorno de duas vezes o perímetro externo ao longo das extremidades do telhado com cascatas LED, com densidade de 400,0 lâmpadas por 10,0 metros. Todas as interconexões entre os dispositivos elétricos devem ser realizadas por meio de conectores macho/fêmea e todo ornamento é alimentado com um nível de tensão de 220v ca. Para melhorar a confiabilidade de operação do sistema elétrico, devem ser instalados disjuntores bipolares de forma a possibilitar a proteção contra curto-circuito. Por fim, para que os sistemas elétricos utilizados sejam automatizados, isto é, sejam capazes de ligar e desligar sem a intervenção de um operador, todo o sistema deve ser acionado por meio de fotocélula. Os produtos devem possuir grau de proteção de produtos elétrico-eletronicos adequado para exposição em área externa (submetida a chuvas e ventos).</p>	
---	---	---



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**LOTE 02 – Show pirotécnico:**

	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.	QTD.
<b>Show pirotécnico</b>	1	Torta Frenética Zig Zag com 120 morteiros 20mm em zig zag CORES SORTIDAS	unidade	2
	2	Morteiros de 6" formato coração vermelho	unidade	2
	3	Morteiros de 5" DOURADO	unidade	4
	4	Morteiros de 2,5" DOURADO	unidade	10
	5	Torta Show, com 100 morteiros de 1,5"	unidade	2
	6	Torta Frenética Zig Zag com 120 morteiros 20mm em zig zag CORES SORTIDAS	unidade	6
	7	Tortas Rajadão, com 65 morteiros de 1,8" cada	unidade	4
	8	Torta Premier com 110 Morteiros calibre 1,8"	unidade	2
	9	Placas em leque com 5 morteiros 20mm cada, branco	unidade	16
	10	Morteiros de 2,5" CORES SORTIDAS	unidade	180
	11	Morteiros de 5" CORES SORTIDAS	unidade	112
	12	Morteiros de 6" CORES SORTIDAS	unidade	36
	13	Morteiros de 6" formato coração vermelho	unidade	2
	14	Morteiros de 5" DOURADO	unidade	4
	15	Morteiros de 2,5" DOURADO	unidade	10
	16	Placas em leque com 5 morteiros 20mm cada, branco	unidade	4
	17	Placas em leque com 5 morteiros 38mm cada, FOLHA SECA	unidade	3
	18	Serviço de montagem, operação e desmontagem	serviço	1

**ANEXO I.B**

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PARA FORNECIMENTO DO SERVIÇO	
LOCAIS	PRAZOS
Av. Barão do Rio Branco (entre Ruas São Sebastião e Espírito Santo)	13/11 a 20/11
Calçadão da Rua Halfeld (entre a Av. Barão do Rio Branco e Rua Batista de Oliveira)	13/11 a 20/11
Parque Halfeld (R. Halfeld, 882-960 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510)	13/11 a 20/11
CCBM (Av. Getúlio Vargas, 200 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-000)	21/11 a 24/11
Morro do Cristo (Estr. Eng. Gentil Forn - São Pedro, Juiz de Fora - MG)	21/11 a 24/11
Praça de Santa Luzia (Av. Santa Luzia - Santa Luzia, Juiz de Fora - MG, 36030-450)	25/11 a 28/11
Praça CEU (Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 5899, Juiz de Fora - MG)	25/11 a 28/11
Praça Teotônio Vilela (R. João Henrique Vila Real, 1799-2159 - Vitorino Braga, Juiz de Fora - MG, 36060-280)	29/11 a 01/12
Praça Áureo Gomes Carneiro (Grama, Juiz de Fora - MG, 36048-360)	29/11 a 01/12
Praça Presidente Antônio Carlos (Centro, Juiz de Fora - MG, 36010-080)	29/11 a 01/12
Paço Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, Juiz de Fora - MG, 36015-510)	02/12 a 09/12



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 – SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO I.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**

Em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 205/2023**, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr. .... (CREA/CAU/CPF nº \_\_\_\_\_), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA  
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do ....., caso a sociedade empresária ..... seja contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

\_\_\_\_\_  
NOME / CREA / CAU/ CPF ASSINATURA DO R.T



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A

*(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)*

O (a) ....., neste ato representado por seu(ua) ....., Sr(a).  
....., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador  
da CI nº ..... doravante denominado ....., com a intervenção da  
..... de ....., neste ato representada por seu(ua) .....(a) Sr(a).  
....., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº  
.....e Secretária ....., neste ato representada por seu ..... Sr.  
....., brasileiro, inscrito no CPF nº ....., portador da CI nº  
....., doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária  
..... estabelecida à rua  
..... nº ....., CNPJ nº ....., pelo seu  
representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº  
....., doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº  
**14.742/2023**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações  
posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** É objeto deste instrumento ..... conforme especificações do edital e anexos  
do **Pregão Eletrônico nº 205/2023**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de  
conhecimento das partes.

**1.2.** Para a correta identificação do objeto ora contratado, segue detalhamento e com as especificações  
mínimas do serviço que deverá ser oferecido no lote ....., conforme **Anexo I.A**:

**LOTE .....**

*(completar com todas as especificações pertinentes ao lote)*

**1.3.** Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a  
Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº  
14.742/2023 – Pregão Eletrônico nº 205/2023.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1.** O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ ..... (.....), conforme preço  
registrado e quantitativos da SETUR, que é de pleno conhecimento das partes.

**2.2.** Estão inclusos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas,  
frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta  
licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**2.3.** O pagamento será realizado após medições parciais ao fim de cada interstício, depois de feito o relatório  
do fiscal.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**2.3.1.** O valor a ser pago, terá como base o boletim de medição de serviços executados pela CONTRATADA, relativos à conclusão de etapas, que deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE.

**2.3.2.** O Boletim de medição dos serviços prestados, relativos à conclusão de etapas, deverá ser aprovado pelo CONTRATANTE, através da Secretaria de Turismo.

**2.3.3.** As medições serão formalizadas e datadas no último dia útil de cada mês, acompanhado da respectiva guia de liberação de pagamento.

**2.3.4.** No caso de não aceitação da medição realizada, o CONTRATANTE a devolverá à CONTRATADA para retificação, devendo esta emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias. O CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

**2.3.5.** O pagamento será realizado em até 30 dias, após a aprovação de cada medição e protocolização da Nota Fiscal entregue na Secretaria do Turismo, localizada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 – Centro – Juiz de Fora – CEP: 36015-510.

**2.3.6.** A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Data de emissão;
- b) Estar endereçada à Secretaria do Turismo, situada no Paço Municipal: Avenida Barão do Rio Branco, nº 2234 - Centro - Juiz de Fora - CEP: 36015- 510.
- c) O valor Unitário;
- d) O valor total;
- e) A especificação dos objetos entregues.

**2.3.7.** O Fiscal do Instrumento Contratual somente atestará o recebimento dos objetos, e liberará as Notas Fiscais para pagamento quando cumpridas pela contratada, todas as condições pactuadas.

**2.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**2.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**2.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**2.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**2.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**2.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**2.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**2.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**2.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**2.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**2.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**2.10.** O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

**2.10.1.** A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: [http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle\\_interno/legislacao.php](http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php).

## **2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.11.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária: TR: 661100 - 23.695.0016.2259.0000 - 339039 – 15000000000.

**2.11.2.** Os recursos necessários ao pagamento das despesas decorrentes do fornecimento do presente são oriundos do tesouro municipal.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO**

**3.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**3.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4.** O contrato terá vigência de 4 (quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes de acordo com a legislação pertinente.

## **3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**3.5.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, sendo que esta depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe indicar quais itens ou percentuais poderão ser subcontratados e avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**3.5.2.** A contratada assumirá a completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão nenhum vínculo com a Prefeitura.

## **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**4.1.** A contratação será efetivada após a assinatura do instrumento contratual, e a execução do serviço acontecerá mediante apresentação de ordem de serviço/fornecimento, devidamente encaminhada por meio eletrônico, com identificação do servidor público municipal responsável pela solicitação.



**4.2.** Deverá constar na ordem de serviço/fornecimento o local para a execução do serviço, incumbindo à contratada suportar qualquer ônus adicional, tais como transporte, alimentação e hospedagem.

**4.2.1.** Caberá ao contratado a montagem dos itens conforme definição do **Anexo I.A** e ao Município caberá o fornecimento dos meios para a ligação dos itens que demandam energia elétrica para o seu funcionamento.

**4.3.** Quando da execução, a critério da contratante, poderá ser estabelecido cronograma de execução do objeto.

**4.4.** A execução dos serviços deverá iniciar no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, conforme definido na ordem de serviço.

**4.5.** O objeto fornecido deverá ser de primeira qualidade, possuir adequado grau de proteção (IP) para ambientes externos, em atendimento às especificações discriminadas neste instrumento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade elétricos.

**4.5.1.** Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto utilizado no serviço, responderá a contratada por danos causados à SETUR, oriundos da utilização de produtos e da execução do serviço em condições inadequadas.

**4.6.** A SETUR não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros do objeto contratado, mesmo que adquirido por seus servidores.

**4.7.** A contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

*“4.8. Tendo em vista os prazos para montagem e desmontagem do objeto contratado, o prazo de vigência do contrato não será superior ao necessário para a prestação do serviço.”*

**4.9.** *Os produtos de decoração serão recebidos:*

**4.9.1** *Provisoriamente, a partir da entrega, em até 01 dia útil, sendo para averiguação e efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.*

**4.9.2.** *Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em 03 (três) dias úteis do recebimento provisório.*

**4.10.** *Na hipótese de a verificação a que se refere ao item 4.9.2 não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se as despesas decorrentes do Processo.*

**4.11.** *Na impossibilidade de prestar os serviços de maneira idêntica ao estabelecido no Termo de Referência, a empresa fornecedora poderá apresentar três alternativas que substituam o serviço previsto não prestado, que ficarão a critério de escolha do Município. No caso de substituição, o valor global homologado não sofrerá alterações.”*

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. A contratada obriga-se a:**

**5.1.1.** Efetuar a devida montagem e desmontagem dos produtos contratados, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria do Turismo de Juiz de Fora – Minas Gerais, em observância das especificações do Edital e da proposta;

**5.1.1.1.** Manter a prestação do serviço de forma ininterrupta, durante o prazo de vigência do contrato.



**5.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto.

**5.1.3.** O dever previsto neste item impõe a obrigação de a contratada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o produto com avarias ou defeitos.

**5.1.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, inerentes ao objeto da licitação e contrato;

**5.1.5.** Comunicar à Secretaria do Turismo de Juiz de Fora, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecederem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.1.6.** Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**5.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestações de garantia e quaisquer outras coisas que incidam ou venham a incidir na execução das obrigações.

## **5.2. A Contratante obriga-se a:**

**5.2.1.** Receber provisoriamente os produtos locados e os serviços prestados, disponibilizando local, data e horário;

**5.2.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**5.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado através de Portarias;

**5.2.4.** Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**5.2.5.** Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

**5.2.6.** Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

**5.2.7.** Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor responsável pela fiscalização.

**5.2.8.** Impedir que terceiros forneçam o objeto do Termo de Referência.

**5.2.9.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**6.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;



- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**6.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Subsecretaria de Licitações e Compras todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**6.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**6.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**6.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**6.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE DA EXECUÇÃO E VISTORIA**

**7.1.** A fiscalização da Execução do Contrato será exercida por servidores designados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da contratação.

**7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implica em corresponsabilidade da Administração Municipal, em conformidade com a legislação nacional e local.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.3.** O fiscal do Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à sua execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**7.4.** Esta etapa também prevê a possibilidade de realização de vistorias aos produtos adquiridos e aos serviços prestados, a fim de identificar o cumprimento dos critérios estabelecidos e dos prazos pactuados.

**7.5.** Consoante o artigo 45 da Lei n  9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**CLÁUSULA OITAVA  
DA CESSÃO**

**8.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

**8.1.1.** A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

**8.2.** A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

**CLÁUSULA NONA  
DAS COMUNICAÇÕES**

**9.1.** As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO**

**10.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

**GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)**

**EMPRESA**

Representante Legal

Cargo

**Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

**Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

C.P.F.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e  
do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação  
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 205/2023**, assim como tem pleno conhecimento  
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 205/2023 - SETUR**  
**Processo Eletrônico nº 14.742/2023**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(Nome da empresa)**, sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.